

1996: Reage Brasil

6 com: Orlando JORNAL DA TARDE

ALBERTO OLIVA

Já se disse que tudo que acontece no mundo tem uma causa. Haveria sempre fatores a determinar a eclosão dos fatos, agradáveis ou não, a que chamamos realidade. Ao pesquisador social incumbiria detectar as causas efetivas dos fenômenos e ao administrador público pôr em prática o conhecimento capaz de levar à geração dos efeitos benfazejos e impedir a recorrência dos nocivos. Se isso é verdade, o conhecimento das causas é condição de possibilidade para que uma sociedade possa se livrar de seus mais graves problemas. E, nesse caso, Virgílio estaria coberto de razão quando declarou que: "Feliz é aquele que pode conhecer as causas das coisas". Mas será realmente fácil identificar as causas dos fenômenos que desencadeiam malefícios gerais ou setoriais? Para muitos, boas explicações podem ser sempre encontradas: da escalada do crime organizado à extorsiva taxa de juros, passando pela sobrevalorização do real, haveria sempre determinantes objetivos de fácil identificação. É claro que quando se supõe que podemos bem conhecer as causas responsáveis pelos fenômenos desagradáveis fica-se indignado com a falta de interesse político em neutralizá-las. Não podemos, entretanto, esquecer que há problemas, por sua complexidade e mutabilidade, geradores de endêmica controvérsia. Outros, apenas circunstancialmente resistem às boas técnicas elaboradas para enfrentá-los. Continuaremos em 1996 lendo

análises de nossos preclaros economistas denunciando o valor irreal do real, a taxa "suicida" de juros, etc.? Tomara que não. É possível, no entanto, que a preferência nacional pelo espetaculoso, pelo rebuliço dos escândalos no "sistema de poder" venha a colocar em segundo plano a agenda reformista. Onde houver irregularidade, que se apure com todo rigor. Sem que o denuncismo malabarista e contorcionista desvie nossa atenção das reformas indispensáveis à competente reestruturação administrativa do Brasil.

disenteria dos gastos públicos pode levar à morte por desidratação do Plano Real. Muito se enfatizou em 1995 a urgência de programas sociais. No entanto, poucos viram na desorganização das contas públicas o principal entrave aos investimentos permanentes na área social. A esmagadora maioria se recusa a reconhecer que governos falidos não têm como fazer investimentos em educação e saúde com efeitos multiplicadores de longa duração. Programas emergenciais são paliativos com resultados efêmeros. Se queremos pôr em

11 JAN 1996

mas sociais de atestada qualidade, o tempo todo supervisionados pela comunidade. A construção da cidadania não será aperfeiçoada se se conceder ao governo o direito de gastar à vontade, desde que o faça "socialmente". Todo desarraijo das contas públicas é pago com sofrimento do povo. A nossa recente superinflação prova isso à exaustão. Somos todos, ou quase todos, contribuintes. Cabe-nos fiscalizar diuturnamente os gastos públicos. Temos o direito de acompanhar, passo a passo, para onde vai, e com que prioridade, o montante expressivo de recursos que o governo drena da sociedade. Não me lembro de ter assistido a manifestações de condenação geral de governos pernudários e esbanjadores. Reclama-se apenas à boca miúda e só na hora em que se tem o bolso saqueado. Mas não vi até hoje campanhas pelo social que partissem de manifestações coordenadas contra o déficit público. Os que se preocupam com a gastança irresponsável dos governos costumam ser acusados de monetaristas destituídos de sensibilidade social. Programas sociais sérios só se viabilizarão com o fim da "farra orçamentária". Reage Brasil.

O AUTOR

Alberto Oliva é professor de Filosofia da UFRJ

